



Terraço da Torre Lidador, vista para Sudoeste

Ordenamento do Território

p.6

Maia: pensar um futuro incerto e uma agenda transformadora

Pensar um futuro incerto

Pensar os problemas e as aspirações dos municípios portugueses, neste caso da Maia, implica uma leitura articulada e integrada dos processos de mudança em curso. O contexto atual caracteriza-se por uma crescente complexidade social, económica e ambiental face aos desafios estruturais e às novas problemáticas que têm vindo a afirmar-se no panorama global e europeu - as alterações climáticas e os novos desafios ambientais, a perda demográfica e o envelhecimento da população, a intensificação das desigualdades sociais e os impactos da transição digital na base económica.

Com a pandemia ganhamos consciência que estamos a atravessar um período turbulento, imprevisível, e de certa forma complexo e desconhecido. Lidar com a complexidade e a incerteza vai exigir novas abordagens e ferramentas e um grande nível de colaboração entre os diferentes atores, com forte participação dos cidadãos.

Este é, por isso, um momento de grande incerteza e instabilidade que nos questiona e nos posiciona perante três posturas:

1. será que temos resistência e capacidade de sobreviver a mais uma crise, dando continuidade ao processo de desenvolvimento que estava em curso antes da atual crise pandémica?
2. será que conseguimos criar uma dinâmica adaptativa, rompendo em algumas matérias com o passado e acelerando alguns processos de mudança?
3. será que temos capacidade de dinamizar práticas transformadoras, cortando com o passado, e procriarmos, impulsionando um novo processo de desenvolvimento?

Portugal, nas últimas décadas de democracia, evoluiu imenso. O município da Maia contribuiu claramente para esse processo de melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social. No entanto, temos ainda grandes desafios para enfrentar na atualidade e nos próximos anos e não podemos deixar de refletir uma estratégia colectiva a médio prazo. Assim, o país (como um todo) e os municípios (como parte integrante e em sinergia), têm de olhar mais para o futuro, com mais diálogo e cooperação, com mais rigor e conhecimento, mas também com um maior envolvimento das instituições e dos cidadãos.

O planeamento transformador reconhece as forças para a mudança e procura visões, meios e instrumentos para produzir alternativas. Para que direção a mudança deve operar-se e que forças devem ser mobilizadas? Em função dos contextos espaciais, que recursos e conteúdos devem ser envolvidos nos processos de planeamento e ação? E que instrumentos de planeamento podem ser mais adequados para favorecer práticas mais adaptativas e transformadoras?

As práticas adaptativas e transformadoras devem concentrar-se nos problemas estruturais, construindo visões estratégicas e ações prioritárias para a mudança desejada. Isto implica gerar discontinuidades, tendo em vista um futuro melhor, acreditando que podemos fazer escolhas e que temos várias possibilidades. Assim, o planeamento e a prática política são um exercício de aprendizagem e de procriação, com um forte envolvimento dos cidadãos, refletindo os lugares em que queremos viver.

Em busca de uma agenda transformadora urbana

Os atuais sistemas de planeamento têm as suas raízes em tradições que estão a entrar em ruptura face às rápidas mudanças e exigências que se adivinham para o futuro próximo. Face a este contexto é crucial construir-se um debate crítico que questione os atuais procedimentos económicos, sociais e políticos, que procure novas abordagens para

responder a estas alterações e que construa e dinamize novas práticas para os sistemas de planeamento existentes. Trata-se de construir novas abordagens:

- Processos mais criativos e geradores de inteligência colectiva;
- Redes que apoiem a inovação e um maior empreendedorismo;
- Maior conexão física e social entre pessoas e territórios;
- Sinergias entre os diferentes sectores e as escalas de intervenção;
- Abordagens colaborativas mais robustas e participadas.

No fundo, o grande desafio é contribuir para a construção de um método sistémico que forneça uma interpretação crítica da realidade institucional, social, política e territorial existente, assente em novas agendas de investigação e atuação. Assim, é necessário construir uma forma mais ágil de conceber o planeamento estratégico, tendo em vista responder mais eficazmente aos desafios e à complexidade dos problemas. É preciso dinamizar um planeamento mais adaptativo e transformador, assente numa teoria de mudança.

As mudanças implicam novas formas de pensar, que alterem a forma como os recursos são alocados e utilizados. São mudanças nos discursos e nas práticas, nas abordagens e nos instrumentos, de modo a produzir alternativas de desenvolvimento e de resolução dos problemas. Neste âmbito, os projetos debruçam-se, por isso, sobre problemas estruturais da sociedade e constroem imagens dos resultados pretendidos, através da exploração de iniciativas cocriativas como forma de espoletar a inovação e a transformação.

Em suma, os atuais desafios requerem um planeamento mais imaginativo e inclusivo, a potenciação de processos mais criativos, de sistemas de inovação e de aprendizagem assentes na colaboração e no pensamento coletivo, na partilha de conhecimento e de perspetivas.

Neste âmbito, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem afirmar-se enquanto agenda transformadora a nível global, assente em processos desencadeados a diferentes escalas, onde todos os cidadãos são incluídos e beneficiam da sua concretização. Os atuais problemas estruturais do país desafiam-nos para uma agenda transformadora à escala regional e local, suportada em processos mais colaborativos e participados e em dinâmicas regenerativas, por vezes disruptivas. Uma agenda urbana transformadora ganha aqui destaque, porque traz para o planeamento e para a decisão política uma nova oportunidade para integrar recursos, saberes e competências, refletindo o que é estrutural e focando-se no que é essencial, através de uma perspetiva colectiva mais crítica.

Passar de um urbanismo sustentável a regenerativo

Os grandes desafios, como as alterações climáticas, a escassez de recursos e o crescimento populacional colocam em risco as cidades e exigem um desenvolvimento urbano baseado em políticas que promovam resultados regenerativos. No âmbito do Acordo de Paris (2015), a estratégia passa pela descarbonização, circularidade da água e dos resíduos, práticas agrícolas e sistemas alimentares sustentáveis, promoção da biodiversidade, e ainda por uma mobilidade alternativa e uma maior resiliência aos impactos climáticos.

A especificidade de cada território requer abordagens diferenciadas em função das necessidades de resposta aos desafios e aos processos de mudança em curso. Por isso, as abordagens locais integradas e regenerativas podem representar um caminho de sucesso para favorecer a sustentabilidade urbana. Podemos considerar quatro tipos de ações fundamentais no desenvolvimento regenerativo:

- _a "regeneração de recursos", o que significa que devemos passar a dinamizar fluxos circulares;
- _a "regeneração do capital natural e dos ecossistemas", onde se inclui a agricultura e a floresta e os serviços de ecossistemas localizados nas áreas rurais e urbanas;
- _a "regeneração dos espaços construídos", densificando e contrariando a expansão urbana e o desperdício do solo, ativando práticas que promovam a melhoria significativa da qualidade de vida dos cidadãos;

_o reforço do envolvimento dos indivíduos, das comunidades e das empresas nos processos de tomada de decisão.

Em termos urbanos, as questões associadas à produção e consumo de energia são cruciais: em matéria de melhoria da eficiência da sua utilização; na redução das perdas durante a transformação; e na alteração relativamente às fontes de energia. A tecnologia pode ajudar a construir cidades energeticamente mais ecológicas e com menor pobreza energética, mas é fundamental ativar mudanças nos comportamentos em matéria de consumo. Podemos intervir nas habitações e nos transportes, mas estruturalmente o desafio tem de ser colocado nas pessoas.

Reflexão final

Concluindo, estruturalmente, para onde temos de olhar para desencadarmos processos sobretudo de adaptação e transformação?

Temos pela frente processos de forte envelhecimento da população. Não refletir a dimensão e as exigências desta questão em termos de planeamento urbano e social significa comprometer no futuro a qualidade de vida dos cidadãos.

Temos pela frente um processo de transição digital que vai criar novas oportunidades mas também vai criar grandes desigualdades sociais. Não preparar a sociedade para esta transição é não criar oportunidades para os mais jovens e deixar fluir as perdas de emprego e as desigualdades sociais.

Temos pela frente riscos e alterações climáticas que vão questionar a forma como utilizamos os recursos e como convivemos com os sistemas ecológicos. Não preparar a sociedade, a economia e os territórios para este desafio pode comprometer o nosso futuro.

Isto exige capacidade de resistência e, sobretudo, competências para dinamizar processos adaptativos e transformadores, capazes de lidar com os ritmos das mudanças, em torno de desafios estruturais. A atual pandemia surpreendeu-nos e alertou-nos para a dimensão das mudanças em curso e para a importância de desencadarmos processos de planeamento estratégico e ágil, capazes de nos preparar para os desafios que temos de enfrentar.

Refletir o futuro do município da Maia, neste contexto de grande incerteza, passa pelo desenvolvimento de uma estratégia focada nos processos de mudança. As áreas metropolitanas vão continuar a polarizar as dinâmicas de desenvolvimento territorial e o município da Maia terá nesse contexto um importante papel. Face aos cenários demográficos é fundamental que a Maia aposte na qualidade residencial, em atrair novas atividades e quadros qualificados. Assumir um modelo urbano que fomente a compacidade, o equilíbrio urbano e a dotação de serviços, garantindo a multifuncionalidade e a diversidade de usos. É preciso reduzir os movimentos pendulares, planejar a localização de novas áreas de trabalho e avançar nos ciber serviços. A longevidade da população vai trazer novas oportunidades para a economia e para o sector da saúde, mas também grandes desafios urbanísticos. A gestão do ciclo da água (*smart water*), a valorização dos ecossistemas, a diminuição dos consumos de energia e a bioeconomia e o planeamento agroalimentar são estratégicos. Políticas para a cultura, juventude e educação, atraem jovens e fomentam a criatividade e a qualificação avançada. Sonhar uma cidade do bem-estar passa por um novo relacionamento entre os sistemas de vida, apostando nos circuitos curtos de distribuição, na valorização da proximidade, num urbanismo tático (passeios mais largos, com árvores e mais esplanadas) e no reforço das comunidades locais.

Teresa Sá Marques

Doutorada em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP); Professora Associada do Departamento de Geografia da FLUP; Investigadora do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT); Coordenadora Científica do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)